ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

Nº. 06/2025

(Plenária Presencial)

Aos vinte seis dias do mês de março de dois mil e vinte cinco, às quatorze horas, reuniram-se para Assembleia Ordinária, nas dependências Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH, Av. João Pessoa, 1105 – Farroupilha – Porto Alegre/RS, sob a coordenação da Presidente **CAROLINA AGUIRRE DA SILVA** e vice-Presidente **PAULO FRANCISCO DA SILVA**, e na presença dos:

CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:

Carolina Aguirre da Silva, **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA**; Paulo Francisco da Silva, **Pequena Casa da Criança**; Carolina Fraga, **Associação Cristã de Moços – ACM**; Eduarda Roos Enes, **Casa de Saúde Menino Jesus de Praga**; Priscila Balestrin, **Parceiros Voluntários;** Rosana Fernandes Nunes, **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre, APAE/Porto Alegre**; João Batista Machado da Rocha e Débora de Almeida, **Fundação O Pão dos Pobres**; Frei Luciano Elias Bruxel, **Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA**; Francyne da Rosa, **CEMME**; Carina de Lima Ferreira, **Associação Beneficente Amurt-Amurtel**; Luciane Escouto, **Instituto Leonardo Murialdo**; e Ivana Frois, **Comunidade Evangélica de Porto Alegre – CEPA.**

CONSELHEIROS DO GOVERNO:

Letícia Giardin e Francine Bays Zucatti, **Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS/FASC**; Sônia Rejane dos Santos Vieira, **Secretaria Municipal da Fazenda – SMF**; Elisandra Marques da Rosa, **Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude – SMELJ**; e Carlos Fernando Simões Filho, **Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV.**

DEMAIS PRESENTES:

Denise Muzel e Larissa Ferreira, **Administrativos SMIDH**; e Patrícia Costa, **Taquígrafa – TG Taquigrafia**.

PAUTA:

1. Abertura;

2. Comissões: Comissão Executiva, Comissão de Registros, Comissão de Políticas e Comissão de Finanças;

3. Informes.

Após a conferência de *quorum* foram abertos os trabalhos:

1. ABERTURA;

1.2. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA 04/2025, DE 26/02;

Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente: Boa tarde, pessoal. Podemos ir para as comissões primeiro? Qual é a comissão primeira? Ah, antes, a Ata 04, que a gente tem que avaliar. Alguém tem alguma indicação em relação à Ata 04? Alguma correção? Nada? Então, vamos colocar em votação e depois eu faço uma fala sobre as atas. Em votação, então, quem é favorável à Ata 04, favor levantar a mão. **APROVADA A ATA 04/2025 POR UNANIMIDADE**. Pessoal, assim, não só sobre as atas, mas sobre outros documentos que a gente coloca ali também, como a Resolução 150, o texto de projetos, a gente precisa, eu sei que a vida é uma loucura, mas a gente precisa fazer a leitura. Eu, por exemplo, também não fiz a leitura da ata, mas eu também tenho que fazer a leitura. Então, me corrijo a mim mesma também. Mas, eu acredito que a gente deve pegar como hábito de fazer essa leitura, porque nós também teremos daqui a pouco a troca de empresa de taquigrafia. Então, para a gente ter certeza do que está sendo colocado nas atas, a gente tem que pegar como um padrão a nossa leitura e a nossa fiscalização do serviço também. E aí eu falando sobre a Patrícia, a gente tem a Patrícia como uma pessoa da taquigrafia há anos aqui no Conselho. Então, a gente tem uma confiança, vamos dizer, no serviço dela e tudo mais. Mas quando muda de empresa, a gente tem que ter este controle da próxima empresa também. Então, a gente precisa ter como hábito essas leituras das atas. Agora são as comissões, já entrando nos pareceres. Quem pode? Quem vai? Finanças, então?

2. COMISSÕES: COMISSÃO EXECUTIVA, COMISSÃO DE REGISTROS, COMISSÃO DE POLÍTICAS E COMISSÃO DE FINANÇAS;

- COMISSÃO DE FINANÇAS:

Ivana Frois, Comunidade Evangélica de Porto Alegre – CEPA: Temos aqui um parecer da Comissão de Finanças de uma solicitação de alteração no orçamento físico-financeiro do Projeto Cuidando Vidas: oferta de atendimento qualificado em serviços de promoção, proteção e garantia de direitos à criança e ao adolescente em situação de vulnerabilidade de

risco pessoal e social. O SEI é 23.0.000157401- 9. **INSTITUTO CULTURAL SÃO FRANCISCO DE ASSIS - CPCA**. A OSC solicitou uma alteração na rubrica de terceiros. Era a substituição do profissional de comunicação e marketing pelo pagamento de despesas de comissionamento por captação de recursos. A solicitação se deve a mudanças ocorridas no período de execução do projeto. Não houve um valor e nem o objeto do projeto. Então, a Comissão de Finanças, considerando que as alterações solicitadas não modificam o valor de certificado de captação, bem como o objeto do projeto, é de **PARECER FAVORÁVEL** à solicitação da OSC. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Ok. Alguma dúvida? Então, podemos colocar em votação? Quem é favorável, levantar a mão. Ok, podem baixar. Alguma abstenção? Uma abstenção. Então, aprovado com uma abstenção. **APROVADO COM 01 ABSTENÇÃO O PARECER PELA ALTERAÇÃO NA RUBRICA DE TERCEIROS**. Outro? **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** O outro é o Processo 25.0.000008054-6, **CLÍNICA ESPERANÇA DE AMPARO À CRIANÇA - CEACRE**, Projeto O Colorido da Esperança. Apresenta processo de projeto novo para a captação de recursos, com um prazo de execução de três meses. A Clínica Esperança atende 41 crianças e adolescentes em espaços diferentes de acolhimento institucional e casa lar, crianças em vulnerabilidade social. O objetivo é proporcionar um ambiente acolhedor, melhorar a auto-estima das crianças e adolescentes para que elas desfrutem de espaços limpos e organizados. A OSC anexou um termo de comodato do espaço, documento 63219472, o parecer da ASSETEC 32168537, é o documento SEI. Parecer favorável da Comissão de Políticas, é o documento 32761026. Valor do projeto é R$ 147.120,00 reais, sem retenção, conforme o artigo da Resolução 150. Trata de uma reforma, de uma organização de espaço, de uma melhoria do espaço do espaço das crianças. Em análise, a comissão é de **PARECER FAVORÁVEL** à captação de recursos, sem retenção, conforme artigo 14 da Resolução 150, no valor de R$ 147.120,00. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Alguma dúvida? Vamos colocar em votação. Quem é favorável, levantar a mão. Ok, podem baixar. **APROVADO POR UNANIMIDADE PARA PARECER À CAPTAÇÃO DE RECURSOS**. Outro? **Priscila Balestrin, Parceiros Voluntários:** Sim, é o Processo SEI 23.0.000072081-0, da **ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO HOSPITAL MATERNO INFANTIL PRESIDENTE VARGAS**, é o Projeto AHMI Bebê 2. Então, a

OSC encaminhou Ofício 05/2025, solicitando ajustes no orçamento físico-financeiro do projeto. Considerando o prazo decorrido entre a apresentação do projeto e agora a execução, houve um aumento de despesas de alguns itens, bem como os ajustes de dissídio dos colaboradores. Então, para esse ajuste no orçamento, a OSC retirou algumas despesas para poder adequar aqueles itens que aumentaram. E não houve nenhum acréscimo, somente ajuste de valores, o projeto se manteve com o valor da carta de captação. Então, após a análise do ofício, do projeto original e do projeto ajustado, a Comissão de Finanças é de **PARECER FAVORÁVEL** aos ajustes das rubricas, mantendo o valor de R$ 3.912.330,00, aprovados na carta de captação, no Certificado 23/2023 e na Resolução 127/2023. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Ok, alguma dúvida? Podemos colocar em votação? Em votação, quem é favorável, levantar a mão. Alguma abstenção? Contrários? Ok. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PONTO DE VISTA FAVORÁVEL AOS AJUSTES DAS RUBRICAS**. Outro? Quem vai, Políticas ou Registros? Pode ir.

- COMISSÃO DE REGISTROS:

Francyne da Rosa, CEMME: Então, o primeiro é da **FUNDAÇÃO DA BRIGADA MILITAR**, SEI 24.0.000071433-6. Eles estavam com um registro irregular desde 2011. Então, a gente solicitou a documentação para reativação desse registro. É aquele programa PROERD, fizemos a visita na instituição. Eles encaminharam toda a documentação, inclusive, aqueles documentos de parceria com as escolas que eles vão realizar a atividade. Estava tudo em conformidade, a gente fez a visita. E, **PARECER FAVORÁVEL** para a reativação do registro e inscrição para esse serviço novamente no Conselho. O SARA, Pró-Rede agora. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Alguma dúvida? Podemos colocar em votação? Quem é favorável, levantar a mão. Abstenção? Contra? Ok, aprovado por unanimidade. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER FAVORÁVEL À REATIVAÇÃO DO REGISTRO**. Outro? **Francyne da Rosa, CEMME:** O segundo é do **INSTITUTO UNICRED**. SEI 23.0.000055938-5. Eles fizeram alteração da razão social, que era Instituto Geração Unicred, para só Instituto Unicred. E também do endereço. Mandaram uma documentação, de atualização, também a prorrogação do Atestado de Funcionamento agora este ano. Então, os documentos estão ok. Foi feita a análise e a solicitação aí de documentos que estavam faltando. E **PARECER FAVORÁVEL** para essa alteração, a princípio já estava

ok a inscrição do serviço, que uma plataforma online, que eles oferecem cursos sobre finanças para adolescentes, de institutos, de OSCs parceiras. Então, tem CIEE, tem várias instituições que aderiram a essa capacitação. E, a princípio, eles têm ali uma metodologia de também ir até a instituição para realizar essa capacitação, mas é através de uma plataforma online, que os adolescentes podem entrar de forma voluntária assim. Mas as instituições favorecem essa inclusão dentro da sua metodologia e atividades assim. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Alguma dúvida? Então, em votação, por favor, levante a mão quem é favorável. Ok, aprovado por unanimidade também. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER FAVORÁVEL À ALTERAÇÃO**. Algum outro? **Eduarda Roos Enes, Casa de Saúde Menino Jesus de Praga:** Sim. Processo 25.0.00000 9557-8, é o **INSTITUTO COLO DE MÃE**. É um pedido de primeiro registro dessa OSC e de inscrição de um serviço. Comissão de Registro fez uma visita no endereço deles no dia 12 de março. Então, fomos recebidos ali pela equipe administrativa, que nos mostrou todo o espaço, que é voltado para o atendimento de crianças com transtorno do espectro autista. Então, eles trabalham basicamente em duas frentes: uma mais voltada para a parte terapêutica mesmo, de atendimento dessas crianças; e uma outra é de oferecer consultas com especialistas da área de neurologia para conseguir os laudos dessas crianças. Então, elas têm essa médica que trabalha no instituto, e consegue, então, dar o diagnóstico para essas famílias. Nós orientamos que eles pedissem o registro para o SARA, agora Pró-Rede, que foi o que eles fizeram. Encaminharam a documentação de acordo e o **PARECER DA COMISSÃO É FAVORÁVEL** para o registro da instituição. E inscrição do serviço. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Alguma dúvida? Eles fazem depois o acompanhamento dessas crianças com o laudo já ou não? **Eduarda Roos Enes, Casa de Saúde Menino Jesus de Praga:** Sim, depois que essas crianças passam pelo diagnóstico ali da equipe, elas podem continuar no instituto também já fazendo os atendimentos. Porque eles têm um espaço que as famílias podem esperar ali como uma área de apoio, enquanto as crianças fazem as terapias. Eles têm um espaço aberto. Bem interessante a proposta de serviço, todo gratuito. Eles têm um critério de renda para ingresso. Não é pelo CAD Único, mas eles têm uma lista de espera hoje, com um formulário próprio de cadastro, onde as famílias podem passar por essa avaliação. **Luciane Escouto, Instituto Leonardo Murialdo:** Onde se localiza a instituição? **Eduarda Roos Enes, Casa de Saúde Menino Jesus de Praga:** Deixa eu conferir aqui o

endereço. É perto da Benjamin Constant. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** E tem um site que, que pode fazer o cadastro lá. Site Colo de Mãe. Eles fazem o acompanhamento da família. Então, a família vai levar a criança e tem um espaço só para as mães, geralmente é mãe, 99,9% que levam as crianças. Então, tem várias salas lá de atendimento individual da criança, e tem de grupo, tipo musicalização. Tem de pequenos grupos, tem uma área de lazer, de convivência no pátio, com gramado sintético e vários brinquedos. **Eduarda Roos Enes, Casa de Saúde Menino Jesus de Praga:** Respondendo tua pergunta, fica na Rua Zamenhoff, número 160, bairro São João. É uma rua bem residencial assim. Na verdade, é uma casa bem ampla, foi toda adaptada para o atendimento, mas um espaço bem inadequado. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Legal. A gente precisa desses atendimentos também para fazer o trabalho. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Ele diz que tem uma fila também enorme, que ele, por ano, consegue atender 200, 200 atendimentos no ano. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Está bom. Em votação, quem é favorável, por favor, levantar a mão. Abstenções? Contra? Ok, aprovado por unanimidade. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER AO REGISTRO**. Nós fizemos uma visita em outra instituição também. E essas instituições, eu acho que coisa boa que podem estar vindo e somando, porque é um vazio de atendimento gigantesco de crianças autistas e que a gente não tem atendimento ainda. E tem uma instituição que eu fui visitar com o pessoal do FUNCRIANÇA e Monitoramento, pertinho do Hospital Presidente Vargas. O De Peito Aberto, que também faz um serviço bem legal nessa linha também. E aí a gente até falou para eles assim, como é importante ampliar, na verdade, o serviço, porque esse é um serviço em que eles estavam bem próximos ao hospital e tinha até vaga. Então, dá para ampliar, dá para ter atendimento e tem muita demanda. Ok. Deu de Registros? Mais um? **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Agora é o SEI 24.0.000006385-4. É do **CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO RIO GRANDE DO SUL – CIEE**. Já tinha aprovado alguns cursos há umas duas semanas atrás. Então, faltou, na verdade, a gente pediu para que eles adequassem ali alguns cursos, eles deixaram de fora, então, mandaram de novo. Esse aqui ficou de fora, que é que é para renovação do curso sócio-aprendizagem. O primeiro é arquivista, que o CBO é 415105. Almoxarife, CBO 414105. E auxiliar de escritório

administrativo, 411005, e contínuo, 412205. Esses quatro cursos. Então, a comissão aqui **DEFERE ESSA SOLICITAÇÃO**, para eles enviarem toda a documentação necessária. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Ok. Alguma dúvida? Em votação, quem é favorável, levantar a mão. Ok, aprovado por unanimidade. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER PELOS REGISTROS DOS CURSOS**. Outro? De Registro deu? Políticas? **Francyne da Rosa, CEMME:** Tem visita. Marcamos visita para o dia 09, para duas OSCs. A AABB, do Banco do Brasil, e o Centro Comunitário Educacional.

- COMISSÃO DE POLÍTICAS:

Débora Nunes, Fundação O Pão dos Pobres: Temos a OSC **THIAGO GONZAGA**, Processo 24.0.000125423-1. Foi realizada reunião com a OSC, em conjunto com a Comissão de Finanças, solicitando ajustes no projeto. OSC **KINDER**, SEI 23.0.000142314-2. Foi realizada a reunião com a OSC em conjunto com a Comissão de Finanças, para solicitar o envio do projeto e planos de trabalho. Outra questão, assim. A gente teve uma dificuldade no início por conta da falta de internet. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** É. Oremos que seja resolvido agora daqui a pouco, porque se Deus quiser a gente vai se mudar, e aí que a internet lá seja rápida. Dizem que foi por causa da comemoração ao aniversário de Porto Alegre. Daí todas as secretarias estavam também sem internet. Não era “vero”? Está ok. Vamos lá. Outra questão.

- RETORNOS E INFORMES:

A Comissão de Monitoramento, Larissa e Denise, faz um tempão, acho que este ano a gente não fez nenhuma visita ainda. A gente precisa saber quais são as instituições que a gente precisa fazer visita, para a Comissão de Monitoramento, aí a gente poder se organizar para poder fazer essas visitas. Como nós não vamos fazer mais com o pessoal do FUNCRIANÇA, a gente pode se organizar para fazer em quartas-feiras. Aí passar a listagem, que daí a gente vai vendo quais são as instituições que a gente vai conseguir encaixar. Até, por exemplo, a gente tem duas instituições que vão ser feitas lá na zona sul. Aí, ao invés de ir para o bairro, já encaixa o Monitoramento junto, sabe? Já agiliza o processo também. Ok. Seminário na próxima quarta-feira. Então, o nosso seminário começa às 9:00, lá no Projeto Pescar. Pela manhã nós vamos colocar um limite, umas 10:00, 10:30 mais ou menos, para a gente poder fechar a resolução e aí depois nós pegarmos as demais pautas. Aí a gente tem o projeto para

fazer também, de manhã, os projetos, que são dois projetos ali de edital, projeto técnico, e nós temos outros documentos também para a gente analisar. E pretendo, gente, se vocês colaborarem bonitinhos, a gente não voltar lá no artigo 1º de novo, a gente parou lá no 13, 14, acho que foi por ali, se todo mundo ficar bem bonitinho, a gente só avança, depois a gente faz uma leitura geral, se for o caso, mas nada de "vamos mudar a vírgula", né? Alguns retornos, então. Na semana passada nós tivemos uma reunião também com a SMED, FASC, Fazenda, Fórum, para iniciar... Na verdade, não é bem iniciar, mas nós já tivemos algumas reuniões sobre o aumento dos termos de colaboração das instituições, que têm parceria com a Prefeitura. Então, durante as conversas, a Prefeitura fez uma sugestão. Eu já falei tanto disso que eu já estou meio atrapalhada, que teria 3 milhões para os serviços de ILPI e Centro Dia. E esses serviços seriam feitos com recurso do FUMID, Conselho Idoso. E aí esses 3 milhões, parte da LOA, viria para os serviços da assistência, para a Prefeitura colocar, abarcando nos nossos serviços como aumento. Compreenderam? **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Seria o que eles apresentaram na ampliação, que eles conseguiram dentro do orçamento, apresentaram primeiro toda a dificuldade por causa das enchentes, que teria uma previsão de um aporte de 3 milhões, que a princípio seria para implantação e implementação de ações para os idosos. E assim, a ideia deles é, ao invés de usar esses 3 milhões para isso, conversar com Fundo do Idoso, aquele fundo livre, e iniciar os serviços e depois continuariam com recursos do Tesouro Municipal. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Aí o FUMID faria o aporte financeiro para esses serviços por dois anos, e aí depois a Prefeitura manteria esses serviços também. Então, seria uma ampliação do serviço. Lá na reunião e aqui nós conversamos hoje na Executiva, nós não achamos, de certa forma, interessante a gente tirar de um público prioritário para um outro público prioritário. E, mesmo sendo que o FUMID possa, não vai deixar de fazer, vamos dizer assim, porque vai ser conversado ainda com o COMUI, não está decidido nada, mas o que nós pensamos? Nós pensamos em trazer para vocês aqui uma proposta de que o Conselho, quanto do seu saldo livre, com seus 27 milhões, também poderia fazer esse aporte da mesma forma em que está sendo proposto até para o FUMID. E nós fazermos um aporte para o nosso público real, criança e adolescente. Então, eu não sei exatamente qual o impacto disso, mas se a gente conseguisse chegar, hoje o per capita dos serviços de convivência, pensando só assistência, per capita está em 350 reais. Se a gente chegasse em 450, não sei qual o valor. Ou se a gente

pegasse exatamente esse valor de 3 milhões em que a Prefeitura está colocando. Ah, quanto que a Prefeitura faria se colocar? Ah, vamos colocar 3 milhões. Quanto isso dá de impacto para as instituições. Eu acho que isso seria uma proposta da gente poder estar levando em forma de contraproposta para a Prefeitura amanhã. Não sei o que vocês acham, se vocês têm alguma outra ideia, se não é viável. Porque como o Frei disse, foi falado toda a questão inicial de que não se tem o recurso, que a enchente está ainda repercutindo, de que o recurso não entrou conforme se esperava, o IPTU não teve todo um impacto. Então, assim, tudo isso foi falado. E aí foi feito um olhar muito forte, vamos dizer assim, e foi localizado esses 3 milhões dentro de todo o valor. É importante dizer de que nós fizemos uma emenda popular, enquanto Fórum, de 5 milhões. E este valor ainda não foi localizado na LOA. E aí, então, nós vamos ter uma reunião com o relator, que é o Tiago Albert, agora na semana que vem, acho que é, para a gente poder ver o que aconteceu, porque votado até foi. Então, não sei o que aconteceu ali, mas a gente vai ter que localizar esse recurso também. Nós fizemos uma proposta de emenda popular, que era de, se eu não me engano, era de 15 ou 20 milhões, para chegar aqui no aporte para a assistência. Nós na emenda apontamos: tira daqui, bota aqui, tira daqui, bota ali. Fizemos exatamente isso. Quando foi para a votação, no dia da votação, a gente tinha que fazer uma construção para ser votado. E aí o relator fez a construção junto com nós, dizendo que a Prefeitura e ele achariam um recurso de algum lugar, para não precisar passar os 20, e poderia passar somente os 5. E isso gravado em tribuna também. **Rose Ceroni Canabarro, Associação de Apoio ao Fórum Municipal da Criança e do Adolescente de Porto Alegre – Asafom:** Eu acho que antes de ir para tribuna, é importante dizer que a gente teve uma reunião com a comissão de finanças da Fazenda, da secretaria, né? [Inaudível] ele estava ainda como um vereador. Ele era o relator da pauta e a Fazenda estava lá. Foi no finalzinho de 2024. Estávamos nós lá, aí estava o SIMPA também. Até o SIMPA estranhou, sempre nós que vamos para a pauta para pedir dinheiro: "O que vocês estão fazendo aí?" E aí o próprio adjunto da Fazenda entendeu toda a proposta, estariam negociando, e aí a gente tem uma reunião com o relator, até para ver onde é que está o dinheiro. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** É só olhar na LOA. É só entrar na LOA lá e olhar. Quais as emendas? E elas não estão ali. **Rose Ceroni Canabarro, Associação de Apoio ao Fórum Municipal da Criança e do Adolescente de Porto Alegre – Asafom:** Ficou o Ferronato de ver isso. Eu tenho todo o processo aqui, se vocês quiserem eu passo. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Eu queria

só colocar na discussão, assim, de uma forma um pouco mais ampla, como a gente colocou, porque nessa reunião lá com os secretários, com a Prefeitura, havia uma promessa, já com o Cristiano Roratto, de ao longo do ano, que é a tentativa do governo, de dar realmente uma qualificada nos serviços de convivência e fortalecimento, que é uma política básica e , importante, que tem a ver com trabalho infantil, que tem a ver com situações de acolhimento institucional. E o valor, pessoal, hoje o que está, ele é praticamente um terço, um pouquinho mais de um terço, do que é na educação infantil, abaixo da educação integral. Educação integral, também viram que ali há uma margem de possibilidade de recursos. A secretaria mais rica é a da Educação. Eles colocaram, inclusive pensaram se poderiam, através da Secretaria da Educação, aportar, mas daí têm travas que impedem. Mas o que a gente estava colocando, quando eles apresentaram a proposta de aportar aqueles 3 milhões para dar uma qualificada, que estavam inicialmente previstos para os idosos, que a Carol colocou, que gerou certo constrangimento, porque é uma política também que os idosos também estão abandonados, no sentido que poucas políticas. Mas colocaram que o fundo tem esse fundo livre, e que eles, a Prefeitura assumiria um compromisso depois de efetivar a continuidade dessas políticas implementadas emergencialmente com esse Fundo do Idoso. Mas o que eu queria dizer para vocês, hoje de manhã discutindo na Executiva, e após a reunião a gente conversou, com por parte da Executiva, parte de coordenação do fórum, nós estamos hoje com esses 27 milhões, que é o fundo livre do Conselho. Para nós darmos uma qualificada numa política que é importante, na defesa que eu faço, do que é o Serviço de Convivência, e junto com a Prefeitura, sei lá, um compromisso depois de manutenção desse bem equilibrado, é muito melhor do que a gente pensar um edital que pontualmente vai dar uma ajuda, que não possibilita a qualificação de um RH, que o Serviço de Convivência precisa. E, de fato, dá uma qualidade, porque hoje a rede básica e o serviço, talvez o mais importante, de apoio ao CRAS, ao SAF, é esse. E há muitos anos ele está encolhendo, a tal ponto que tem instituições que estão já conversando de entregar o serviço e assumir a educação infantil. Então, a motivação eu acho que é de comprometer o Governo Municipal, se tem de fato uma crise decorrente das enchentes ainda, e a Prefeitura fez todo o choro que a gente escutou, mas também temos que dizer aqui que quem mais apanhou com as enchentes e apanha com a crise econômica são os mais pobres. A crise climática, ela afeta de forma muito mais dura nas nossas periferias. A gente tem visto, embora tenha os programas hoje do governo de transferência de renda para as famílias, mas as famílias mais vulneráveis, as crianças são as que mais sofrem. Ou a gente

discute, faz um tensionamento forte, uma alternativa é essa implementação de o fundo ajudar nesse momento, mas já pactuar, fazer uma pactuação bem amarrada, de ter uma efetiva qualificação dessa política. **João Batista Machado da Rocha, Fundação O Pão dos Pobres:** Então, nesse sentido de entendimentos, de reajustes, esse reajuste em torno de 8% está sendo fechado para um serviço ou é para a rede como um todo? Isso tem um impacto, por exemplo, no reajuste anual das parcerias. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Assim, o que foi nos falado? Até boa pergunta, João. Porque assim, até para a gente poder ter uma noção de valores, por que o que a gente pediu? A gente pediu 8%, e esses 8%, a Prefeitura só falou em 3 milhões. E o que eles falaram é que eles querem colocar, acho também importante, que eles querem fazer um processo, uma forma de pensar, de passar novamente ou de passar as crianças do Serviço de Convivência para a educação integral. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** As que são da rede municipal, de escolas. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** É, que daí, teoricamente, a educação teria mais recurso e aí a gente poderia ter a fórmula de serviços, e como trabalhar, e como fazer. Então, seria uma construção para 2026 e aí a gente começar a pensar em nessa modalidade, vamos dizer assim. Só que para 2025, o que eles acenaram até agora somente esses 3 milhões. Esses 3 milhões, eu acho que pensando a assistência e aí todos os serviços da assistência não dá para dar. **Francyne da Rosa, CEMME:** Mas seriam os 3 milhões, continuando de aumento, os 3 milhões dentro... **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Não, incorporaria o orçamento, mas 3 milhões, se tu impactar isso num mês, só o Serviço de Convivência, qualificação para aumentar 100 reais, impacta 1 milhão e pouco por mês. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Nós calculamos, nós estamos, na verdade, na assistência, Letícia e Fran, nós estamos com 11.000 crianças no Serviço de Convivência ou é 9? Nunca sei. **Francine Bays Zucatti, Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS/FASC:** Em torno de 9, quase 10. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Tá, então, vamos calcular em 10.000 crianças, se a gente colocar 100 reais por mês, é 1 milhão por mês. Só os 100 reais. E aí, o que os secretários me perguntaram é: quantas instituições que têm educação, de alguma forma, educação integral ou educação infantil, têm assistência? E aí eu disse que, pelo que eu recordo,

eram 96 instituições mais ou menos que tinham parceria com a FASC. Daí tem vários termos, mas era de 96 o que tinha. E eu acredito que talvez a metade, nunca sei exatamente esse número assim, mas talvez a metade tivesse dessas 96. Mas eu não sei qual é a proposta deles, se é no todo. Amanhã a gente teria que ouvir a proposta e aí entra talvez a nossa contraproposta, entende? A gente conseguiria fazer essa ampliação para todos os serviços, aí eu acho que com 100 reais a gente não consegue manter para todos. Essa questão de colocar o recurso do fundo, nosso fundo, isso só nós falamos. E aí a gente trouxe do Fórum, agora na executiva e está trazendo agora para a plenária, para vocês. Por exemplo, vou pegar aqui, acolhimento institucional é assistência. Vai receber recurso de aumento? **Rose Ceroni Canabarro, Associação de Apoio ao Fórum Municipal da Criança e do Adolescente de Porto Alegre – ASAFOM:** Mas isso aí eu acho que vai receber conforme as negociações. **João Batista Machado da Rocha, Fundação O Pão dos Pobres:** Só para vocês terem uma ideia, 8 casas de acolhimento por ano é perto de 2 milhões. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** É 24 horas por dia o acolhimento. **João Batista Machado da Rocha, Fundação O Pão dos Pobres:** Por isso eu vejo assim, esses 3 milhões, não sei qual é o cálculo que tu fez. Imagina, tu reajusta um termo de parceria, que não é anual, depois do reajustado, como é que eu vou retroceder? Qual é a dotação orçamentária do Município? Tu vai tirar de um outro fundo, que não é constante. Vamos pegar, mesmo que seja do FUNCRIANÇA, não é um valor constante esse valor que existe hoje. Poderia ser um aporte único. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Não, mas era para ser, a proposta que eles fizeram do Idoso é um aporte temporário agora pela crise, que depois a Prefeitura incorporaria. **João Batista Machado da Rocha, Fundação O Pão dos Pobres:** Mas olhem só, eu vou voltar à questão do valor da enchente. A gente não conseguiu até hoje o valor da enchente, imagina mudar! Isso é um valor emergencial. Provavelmente, o judiciário também não vai concordar com isso, né? Creio eu. Porque daí, quando faz um aporte continuado, tu tem que ter uma previsão orçamentária para prover esse valor, para depois garantir que esse reajuste vai ser repassado. Porque olha só o impacto que isso tem na vida das organizações. Supondo que a Prefeitura diga assim: “Não tem reajuste”. Nós vamos ter que ir para o sindicato e negociar com o sindicato. Não tem reajuste para os funcionários, ou, eu tenho que buscar outro aporte. Diferente de tu receber e se tu não consegue depois dar conta? É isso que eu acho que a conta é, 3 milhões só daria talvez para uns serviços. **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de**

Governança Local – SMGOV: Eu acho assim, se a gente apresentar, "a gente" vocês, se vocês apresentarem puramente um pedido de reajuste. Eu acho isso muito raso. Eu acho que tem que levar as informações na agenda. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Como assim? **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV:** Como assim? Quando o Júnior entrega a Prefeitura para participar da eleição em 2020, ele entrega o orçamento de 6 bi, está no Google. O Melo quando entrega a Prefeitura ano passado, ali na Câmara dos Vereadores, o valor para participar da eleição, 11 bi. Aumentou 5. É matemática, está no Google, bota no Google: PPA 20/24, subiu de 6 para 11. Está ali! Se vocês não têm essa informação para debater na mesa, esses 3 milhões vão colar. Outra coisa, onde é que tem emenda parlamentar na cidade do Rio Grande do Sul? Cada um dos 35 gabinetes têm direito a 1,5 milhão em emendas. As emendas vão para quê? 50% para entidades da saúde, 50% para entidades com entidade pública social. Se já existe o CMDCA, se já existe o COMUI, que trabalham com organizações sociais, com fundo de renúncia fiscal para fazer chamada pública e permitir a captação de recurso, por que esses presentinhos têm que chegar? E sai do dinheiro do Tesouro as emendas, não saem dos fundos públicos. 52 milhões de reais/ano por emenda parlamentar, por que não corta a metade? Fica 26, então, só. E aí esses 26 fica metade para a saúde, metade para assistência. Esses 26 milhões tu bota aqui na política prioritária da infância ou da pessoa idosa. Eu, olhando de fora assim, está parecendo assim, ó... **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Déficit de 400 milhões do ano passado. **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV:** Não, está parecendo assim, ó, o grupo tem que ter proposta. E outro que a gente vem debatendo aqui desde o ano passado, se nós percebemos que existe uma lacuna grave na rede, que ajuda o acolhimento institucional a acontecer todas as noites e madrugadas, nós temos que trabalhar para estancar e não para investir. A Prefeitura vai oferecer isso? Acho que isso vocês têm que perguntar para os secretários lá: "Vocês vão oferecer de novo uma rede que fica atenta noites e madrugadas para impedir o acolhimento?" Ou nós somos a favor do acolhimento? João, tem que ter mais seis casas, João! Porque nós estamos trabalhando para acolher. Está entendendo? Eu acho que a gente tem que trabalhar na prevenção. E para trabalhar na prevenção precisa ser valorizado. E outra coisa que aconteceu aqui, tu lembra daquele seminário lá no Shopping Total, que estava a Sílvia Ramirez e a Ana, Carol? A gente debateu lá e ficou até incomodado quando eu

levantei o assunto. Serviço de Convivência do SUAS, está aqui os colegas da área da Assistência. Tem uma equipe ali para se trabalhar o Serviço de Convivência no turno inverso à escola, é diferente de um turno inverso à escola de SMED. É muito mais profundo, é muito mais... **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Sim, mas, Carlos... **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV:** Só um pouquinho, Frei! Então, tu migrar o Serviço de Convivência daqui para ali não resolve, pelo contrário. Não é uma questão de grana, é uma questão de qualificação técnica e de cumprimento de lei. Fica parecendo assim, ó... Faz de conta que eu não sou da Prefeitura, tá? Fica parecendo assim, olha, se nós da Prefeitura apresentarmos, cola. **Rose Ceroni Canabarro, Associação de Apoio ao Fórum Municipal da Criança e do Adolescente de Porto Alegre – ASAFOM:** Não foi assim o debate. **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV:** Não, não estou dizendo que não foi, estou dizendo que o que parece. E outra assim, ó, usar recurso do COMUI para o CMDCA, bom, aí... **Rose Ceroni Canabarro, Associação de Apoio ao Fórum Municipal da Criança e do Adolescente de Porto Alegre – ASAFOM:** Não foi essa... **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Só para colocar, Carlos, assim, sobre a questão do... **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV:** Chama a Procuradora Cristiane Catarina. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Sobre a questão do Serviço de Convivência, eu reforço bem a tua fala lá, e também para mim, o serviço depois das 17 horas, como tu fala, para mim ainda, antes de abrir o serviço das 17 horas, eu penso que reforçaria o do dia. O do dia com recurso, porque não adianta só trocar o nome do serviço e a caixinha, não adianta tu colocar, abrir até mais vaga, se for o caso, senão qualificar. E o qualificar é com recurso, é para ter profissional adequado, qualificado e aí sim poder trazer tantas oficinas quanto ou tantas coisas de interesse quanto. **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV:** Nós vamos pedir mais dinheiro para investir nos mesmos horários? **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Sim, Carlos. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Sim. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Hoje está precaríssimo! Carlos, a tua leitura é só tu faz, que acha. Nós podemos ter um serviço à noite

no território. **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV:** Não, Frei, a FASC tinha até 2010 dois técnicos todas as noites. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Mas isso era uma equipe pequena. **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV:** Não, isso é uma metodologia de trabalho grave, por causa disso ficam dois conselheiros tutelares todas as noites de 2010 a 2025. O que eles fazem? Acolhem! Se nós não enxergamos isso, Frei, nós somos a favor do acolhimento. Aí o senhor está enganado. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Eu estou dentro de uma comunidade, Carlos, que eu sei muito bem e também dentro do abrigo há 20 anos. **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV:** Tu te lembra que tinham duas técnicas? **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Tinha, mas isso é um serviço pequeno frente ao problema. Colocar duas pessoas, podemos ter uma equipe. **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV:** Não é "nós", são as instituições. As instituições têm que ter a reciprocidade do Conselho Tutelar. É isso! Aí não tem mais acolhimento, porque se não tem o que fazer, o que eu faço com aquela criança? Manda para o DECA? Não, acolhe! **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Carlos, tu não sabe ou não quer, eu digo da gravidade do nosso trabalho. **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV:** A Loiva veio aqui com a equipe ano passado, o senhor lembra? E ela disse isso, ela disse: "O Judiciário está enfiando goela abaixo todas as noites". **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** É muito simplista, Carlos. É simplista! **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV:** Nós somos favoráveis, então, ao acolhimento. Coloca em votação que eu voto junto! **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Não, não é assim! **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Carlos, assim, nós temos uma necessidade, e eu concordo contigo, que nós temos uma necessidade de ter uma equipe qualificada para a noite, concordo, tá? E que auxiliaria até como uma retaguarda para o plantão do Conselho Tutelar, concordo. Só que isso não irá substituir ou diminuir o grande buraco do dia. **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV:** Mas entende que esse é o debate técnico. Só para fazer uma leitura, mas o que eu quero dizer é o seguinte: se tu impede o

acolhimento se elevar, tu não precisa mais investir ali, vai regredir. Agora, quando tu pede só o recurso das 7 às 17 do Serviço de Convivência, educação infantil e a nossa redinha aqui, e a gente não olha para essa outra parte, o Coronel André não vai jamais perceber isso. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Eu concordo, concordo, e aí também pode ser, talvez a gente possa fazer, enquanto Conselho, um projeto de política pública nova para essa retaguarda. Talvez a gente possa organizar dessa forma. Mas assim, o que eu quero dizer é de que o recurso, e aí todas as formas de fala em que o Fórum foi lá fazer a sua defesa, é para os serviços de educação e de assistência, independente de qual é o serviço. E é para, principalmente, uma questão que a gente tenta trabalhar, que é na prevenção, porque a gente precisa qualificar esse serviço, a gente precisa ter recurso para manter essas crianças lá dentro. Senão aumenta o trabalho infantil, aumenta a exploração sexual, aumenta tudo, não só o acolhimento institucional. Daí já aumenta todos os demais. E aí a gente precisa do dinheiro. A 350 reais a meta da assistência social é uma pouca vergonha trabalhar, não dá para trabalhar. Tem instituições entregando o serviço, não dá! Na educação infantil, a meta é de 900 a 1.300. É irreal a diferença. **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV:** Mas a cada vaga não suprida, compra vagas na particular. Quanto é esse valor? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** São 1.400. Entende? Então, assim, é um mercado muito bom também, né. **Rose Ceroni Canabarro, Associação de Apoio ao Fórum Municipal da Criança e do Adolescente de Porto Alegre – ASAFOM:** Só uma questãozinha. Quando fala, eu acho importante trazer que desde 2013 não se tem edital para esses serviços. O Orçamento Participativo rompeu essa lógica, é edital e edital até hoje não foram abertos. Então, assim, e quanto essa população cresceu? [Falas concomitantes]. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** A Lú, o Paulinho e o Frei, e vamos encaminhar. **Luciane Escouto, Instituto Leonardo Murialdo:** Acho que tem questões que não é só o horário de atendimento, acho que também tem a questão da qualificação dos educadores hoje em dia. Se a gente for ver, nós que trabalhamos diretamente com educadores sociais, ou até mesmo os professores que estão tendo que contratar na educação integral e na educação infantil, a gente tem uma questão muito séria de qualificação técnica desses profissionais. Eles até têm curso superior, têm o que a gente necessita, mas eles não têm a prática. Então, independente do valor que estamos pagando, que

não é dos melhores, mas também não é dos piores em alguns locais, acho que está faltando aquela rede de apoio que a gente tinha, que a gente fazia. A gente fazia a questão da qualificação técnica via Fórum, via CMDCA, em que os profissionais saíam ainda dos seus locais e a gente fazia plenárias, oficinas. Por quê? O público, seja ele da educação integral ou seja ele do Serviço de Convivência, ele é o mesmo, ele não tem diferencial, não tem. E do acolhimento eu acredito que o João e o Frei Luciano podem falar melhor do que eu, ele é um público oscilante, diferente que em outras épocas a gente tinha um público que era um público praticamente certo, com um tecido social que a gente trabalhava o tempo todo e que praticamente a gente ficava até os 18 anos com aquelas crianças e adolescentes. Hoje em dia a gente não fica, hoje em dia a gente oscila. A gente tem famílias, posso falar pelo meu território Morro da Cruz, que vão de duas a três vezes por ano, seja no Pão dos Pobres ou seja no CPCA, e a gente acaba trabalhando com essas famílias de que forma? Está cada vez mais difícil. Então, tem a questão não só da qualificação técnica dos profissionais que estão com a gente, mas também uma questão de rede, que não está solidificada em Porto Alegre. E que eu acho que isso a gente tem que parar e discutir em um momento. E daí nesse sentido, todos têm a mesma fala e todos têm a mesma concepção, só que a gente ainda não conseguiu chegar a um denominador comum. A fala do Carlos defendendo uma questão e o Frei trazendo algumas outras, a Carol, acaba todo mundo indo para o mesmo, só que a gente ainda não conseguiu sentar e ver, poder convergir essas ações. E tem outra questão. que daí é do financeiro que me preocupa. Com este recurso que a gente tem hoje de recurso livre, tanto para idosos quanto para crianças, um plus agora, mas qual é a diferença e qual é o impacto que vai fazer se a gente não tiver isso garantido no orçamento para dar continuidade? Isso me preocupa enquanto. **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV:** Vai ter uma possibilidade de manter isso no ano seguinte pelos recursos da própria instituição. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Eu queria falar sobre a questão do serviço, da qualificação, tipo, domingo agora à tarde, duas horas da tarde, um adolescente que era participante frequente do trabalho educativo da Pequena Casa evadiu-se. Já estava desenvolvendo outra atividade, e foi vítima fatal agora. Aí eu na Coras Parternon, semana passada, questionei lá o secretário adjunto da Secretaria Municipal de Assistência Social: o que atrai uma criança para ficar ali todos os dias no Serviço de Convivência, dos 6 aos 14? O que atrai um adolescente dos 14 aos 17 para o Trabalho Educativo? Que hoje muitas instituições estão esvaziando as turmas. Por quê? Não é por falta

de qualificação, porque tem instituições aí, que pelo que recebe do gestor público, dá o máximo, pega um cara ali e joga bola, deixa o cara jogando bola. Ou dá uma folha de papel, um rascunho, dá para ficar desenhando a tarde toda. Se não qualificar o serviço para oferecer algo a mais, é mais atraente o carinha ficar de um lado para o outro, para cima e para baixo vendendo as balas do que lá dentro do Serviço de Convivência, qualificado, com atividades qualificadas. E ter o adolescente, que espera uma oportunidade no adolescente aprendiz, o Trabalho Educativo, aqueles que podem oferecer algo a mais, ainda consegue segurar esses adolescentes até certo ponto. Eles vão para onde atrai, sai. Os educadores, está tendo um rodízio agora, voltou novamente o rodízio, e não dá para acompanhar certo mercado de trabalho aí, as organizações. Aí o Secretário Juliano mandou o vídeo lá para o Fórum das entidades dizendo que a Prefeitura conseguiu agora 6 bilhões de financiamento e que 1,5 bilhão seria para a assistência. Perguntei para o Nelsinho lá: "Espera aí, esse 1,5 bilhão, como é que vai ficar? Que é para a assistência social? Não vai conversar com as organizações?" Então, é isso? Se eu for amanhã, eu vou perguntar: e esse 1,5 bilhão aí não dá para fazer o reajuste, dá para fazer o reequilíbrio? Então, a conversa tem que ser prática, por isso que eu digo assim, o Mincarone, ele deve ter uma tabela desde 2013 ali com a defasagem, está defasado o serviço financeiro. É só pedir a tabela do Mincarone ali que mostra. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Carol, eu queria fazer uma colocação, porque foi bem enfático aí o colega Carlos, sobre o acolhimento. Eu sou o maior, dos últimos anos, junto com João, e sempre pauteu a questão do acolhimento institucional. A crítica, a gente trouxe a Mirela, trouxe a equipe, fez as discussões, participamos de várias audiências públicas, assembleias. O que quero dizer é que hoje o CPCA, junto com a FASC e a execução compartilhada, nós temos as portas de entrada, que é o acolhimento emergencial. Qual é a crítica que a própria FASC que faz e nós estamos nessa ponta? Tem uma quantia de acolhimentos indevidos que estão esperando... Só escuta! Que até o final da tarde às vezes o Conselho Tutelar e a casa de passagem, que antigamente era um projeto antigo, hoje é o acolhimento emergencial, que é o R7. O que está acontecendo? E é a crítica que foi feita inúmeras vezes, o Conselho Tutelar, quando coloca uma criança sem o anexo dois, com a investigação da família extensa, teoricamente fala, aquele acolhimento deveria ser para aquela noite, aconteceu durante a noite, ele está pensado, tem uma equipe de trabalho. Mas no dia seguinte o Conselho deveria pegar no braço aquele assunto e tratar, o que não está acontecendo e que tem levado ao acolhimento, talvez uma quantia que não precisaria ter de

acolhimento. A estrutura nós temos até melhor do que muitos anos atrás. Eu lembro, quando nós estávamos lá na Coronel Vicente, eu já estava no Conselho, no Fórum, era uma luta que se tivesse uma casa de passagem. O grande problema é que hoje o acolhimento emergencial virou a solução, muitos acolhimentos são feitos no final da tarde para se livrar daquela situação, levam lá para o acolhimento emergencial, que nem sequer passou pelo judiciário. Nós temos uma quantia, eu não lembro agora os dados, a Mirela tinha, uma parte porque é uma prerrogativa do Judiciário, e hoje nós temos a crítica que nós temos muitos casos da rede básica que passam pelo SAF, que estão vinculados aos CRAS, às vezes não têm CREAS suficiente, eles ficam ali no nível de complexidade, e o serviço lá na comunidade, ele não consegue ser suficientemente protetivo com qualidade para segurar aquela família, aquela criança no programa. É disso que eu me refiro, que nós temos que dar uma qualificada muito grande. Lembrando, a Rose lembrou, porque a preocupação que eu senti aqui no Conselho: se o Conselho aportar com um recurso, qual a garantia que a Prefeitura tem depois de continuar? Isso é uma coisa que a gente tem que pactuar para entrar em um orçamento, tem a proposta daquele 1 bilhão que vem, de incorporar uma qualificação que fique estabelecido em um termo de convênio, de parceria, com responsabilizações. É o NASF, o programa de atendimento nasceu com o recurso do fundo. Eu lembro, começou lá na Lomba, no Campo da Tuca, foi bancado com recursos captados de empresas, e lá na Lomba foi a Zamprogna que bancou por um período, e depois a Prefeitura incorporou no seu orçamento. O que eu acho que tem que ter aqui, eu acho que o Conselho tem a maturidade, a capacidade de quando pactualizar fazer algo bem feito. O que eu quero dizer para vocês enquanto instituição, eu já participei de muitos editais, eu acho melhor, hoje nós temos esse recurso de 27 milhões, nós temos que combater a exploração do trabalho infantil, mendicância, temos que qualificar o acolhimento também que eu sei que precisa qualificar, é melhor do que a gente ter um edital que é um recurso pontual e diluí-lo em uma política, no sentido que seja retaguarda de qualidade do que fazer assim de conta, nós estamos com uma dificuldade enorme já há dois anos de pensar a realização, que parte desse recurso a gente use para qualificar rede. Essa é a defesa que eu faço. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** O que eu vejo? E por isso eu entendo que nós aqui, Conselho, tenha que sentar junto com quem faz a política de assistência social. A educação é uma coisa, o contrato da educação é uma coisa, eu acho que isso está pacificado. O Serviço de Convivência é outra. O que talvez a gente tenha que sentar, e vocês melhores do que ninguém sabem, é: quantas vagas, quantas metas de fato

nós precisamos. É 9.000, ou é 7.000, ou é 5.000? E aí com esse recurso consegue refazer esses termos e refazer dentro de um valor que já está garantido. Claro, aportando alguma coisa a mais. Penso isso. O acolhimento, nós temos quantas crianças acolhidas? 1.000 crianças? É isso, é 1.000, ou é 2.000 ou é 5.000? Eu lembro de uma vez, teve uma entidade que entregou tantas metas de Casa Lar. Por quê? Porque o público da criança não era mais público de Casa Lar. E eu concordo quando diz o Paulinho, nós temos que ter um atrativo, porque a própria escola tem que ter um atrativo porque a gente concorre com coisas bem mais fáceis ali e que não são boas. Isso eu acho que está pacificado também. Então, eu acho, antes de levar uma proposta saber qual é a proposta, e não é só a rotatividade de profissionais, é muito ruim para todo mundo. Essa rotatividade, a criança perde o foco, ela perde o vínculo. Esses dias na FASC, estava no Conselho sendo discutido o SAF, porque o SAF não é tipificado. Bom, mas Porto Alegre instituiu há "1.800 anos" atrás. Então, e agora, vamos continuar? Mas assim, a gente fala de ampliar, mas a gente precisa ampliar ou a gente precisa qualificar para que ela entre e ela tenha uma vida logo ali, entendeu? E daí vai tendo isso, e aí eu concordo com o Frei. Então, assim, eu defendo, nós temos 27 milhões hoje, é melhor a gente qualificar isso. E aí eu não tenho dúvida que a gente vai conseguir melhorar e vai conseguir sempre colocando isso na vida, no orçamento. E qualificando, não vai despender de 25 milhões hoje, mas faz gradativamente no ano 1, no ano 2, no ano 3, porque automaticamente a cada ano é para entrar recurso livre, porque daí no momento que as gurias vão fazendo essa transferência, sempre vai entrar. Então, eu concordo do que a gente diluir em pontuais e que a gente talvez tenha o melhor objetivo do uso desse recurso na nossa qualificação. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Assim, da tua fala, a única questão, eu penso que a gente não deveria era diminuir a quantidade de metas da assistência. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Não é diminuir, Carol, não é diminuir. Mas é que a gente tem que saber de fato, porque daqui a pouco eu tenho 10 metas e recebo por 10, mas atendo 5. E tu tem 10 metas, recebe por 10, mas atende 20. Então, talvez é refazer o termo nessa linha, é saber quem, porque daqui a pouco em uma região está sobrando vaga, sobra meta e na outra falta. É essa readequação, é isso, é readequar, não é extinguir meta, não é extinguir orçamento porque a gente sabe que a assistência, e é fato, uma coisa é quando eu vou para qualquer lugar, eu digo: "Eu estou investindo em saúde, eu estou investindo em educação e eu estou gastando em assistência". Então, tem uma diferença essa fala e é isso que a gente precisa dizer: este é

um investimento em assistência. Por quê? Porque ela congrega segurança, ela congrega a saúde, em algum ponto ela vai estourar amanhã. Então, é necessário. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Tá, então olha só, vamos por partes, só para a gente poder se organizar. Então, a gente não vai fazer resolução, nem nada, tá? Porque nós estamos numa construção, mas só para eu poder entender o que a gente pode estar levando para discutir amanhã na reunião. Somos favoráveis em usar uma parte, um valor do fundo do recurso que nós temos como fundo livre para aportar recurso na assistência social, nas parcerias? Somos favoráveis? **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV:** Eu quero fazer uma complementação. Vou defender de novo aquilo que a gente escutou aqui ano passado. Nós temos que trabalhar para reduzir esse acolhimento institucional. Se a gente reduz, a gente favorece a proteção à infância, e vamos trabalhar melhor, e vamos reduzir o gasto anual. São 30 milhões por ano o custo do acolhimento. Se a gente trabalhar melhor e sincronizar essa rede, ele não baixa para 27 anuais? E esses 3 milhões que a gente usa agora no fundo livre, ele não passa a ser um recurso do Tesouro no ano seguinte? É, é esse raciocínio que eu quero fazer. Ou o recurso vai ser sempre do fundo livre? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Não, não, não. Assim, eu estou indo por partes, estou indo por partes. Primeira coisa é: nós concordamos em que podemos usar parte do nosso valor livre. Concordamos. Agora, a gente vai ver o que é o valor, tá? Assim, a proposta da Prefeitura foi 3 milhões lá pelo COMUI ou lá dos idosos para assistência, tá? Eu não sei quanto que é esse... **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Eu queria explicar melhor. A ideia é que a Prefeitura teria 3 milhões para aportar na assistência que, neste momento, os 3 milhões era para investir nos idosos. O que eles querem é propor que em vez de usar isso especificamente para idosos na assistência social, conversar com o Fundo do Idoso e que o Fundo do Idoso faça o aporte de 3 milhões e esses 3 milhões ficar para qualificar a rede de serviço da assistência, assim eu entendi. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** E aí, complementando o que o Frei está falando, após 2 anos, esse valor de 3 milhões, no cálculo da Prefeitura duraria 2 anos. Após 2 anos, a Prefeitura assumiria estes serviços. Então, o que eu pensei? Vamos pegar o valor de 3, tá? Se o valor de 3, a gente aporta enquanto FUNCRIANÇA, aí o ano que vem eles concluem colocando o valor que... **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de**

Governança Local – SMGOV: Aí eles assumem o valor de 3 milhões? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Eles assumem. É o que eu pensei, foi isso, eles assumem, tá? Agora, o que eu não sei é o que esses 3 milhões dá. Isso eu não sei. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Eles vão apresentar para nós na reunião do dia 31. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Amanhã. Amanhã, provavelmente, já vão fazer essa proposta de sondagem entre os conselhos e aí, a partir dessa reunião de sondagem, no dia 31, eles vão apresentar para nós. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Uma proposta para apresentar para o Fórum de Entidades, na reunião. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Mas amanhã já é a reunião de construção. **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV:** Eu acho que vocês teriam que ver com a famosa planilha do Mincarone, ele faz ali os 5% do IPCA, naquela planilha dele, vai aparecer lá quanto que dá em milhões. E aí ele compara com esses 3 milhões, entendeu? Que aí já dá para fazer o cálculo: não vai ser 5%, então vai ser 7, vai ser 10, vai ser 12. Ele tem como saber, ele tem toda a matemática ali. **Rose Ceroni Canabarro, Associação de Apoio ao Fórum Municipal da Criança e do Adolescente de Porto Alegre – ASAFOM:** O que custa uma ILPI de idoso? **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Ah, deve dar uns 6.500 a 7.000 reais a pessoa, o 3 (Grau 3). A pessoa mês. Olha só, nós não temos mais, não é que não temos, mas o idoso 1 é o mínimo do mínimo do mínimo. Daí quem entra já está no grau 2 e logo vira 3. As gurias da FASC sabem. **Rose Ceroni Canabarro, Associação de Apoio ao Fórum Municipal da Criança e do Adolescente de Porto Alegre – ASAFOM:** Então, eu entendo que o idoso deveria cobrir esses 3 milhões com o público dele e o FUNCRIANÇA com o público dele. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** É essa a proposta. **Rose Ceroni Canabarro, Associação de Apoio ao Fórum Municipal da Criança e do Adolescente de Porto Alegre – ASAFOM:** Cada um cuida do seu. E essa coisa de troca para cá, troca para lá, a gente viu que não deu certo, que até hoje as emendas da Resolução 087 não foram pagas. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Eu acho que nem é a questão de troca, eu acho assim, isso aí ainda é uma outra pauta. Pensando lá na

frente, se a gente for colocar, digamos, 100 reais por criança, o FUNCRIANÇA não vai fazer um plano de trabalho, um aditivo, um documento para cada instituição. É muita mão e vai demorar 10 anos. Eu faria um aporte, estilo Resolução 87, porque vai ter que funcionar, tá? Aportando na secretaria e aí a secretaria fazendo pagamento junto no aditivo. Eu penso, não sei se isso é viável legalmente, se não é viável legalmente. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** É que assim, nós enquanto CMDCA, vamos ter que agora, daqui um mês, vou chutar um mês, fazer a nossa proposta orçamentária, nós enquanto CMDCA. Daí a gente vai dizer: olha, na política da criança e tal, eu o que eu quero lá no esporte? 1.000 reais; na educação 1.000 e aí a parte da assistência. Primeiro nós temos que pensar nisso. Com isso, aí a gente começa a discutir qual o projeto que vai para onde, entendeu? Então, é disso que a gente primeiro sai dali. É um planejamento financeiro e daí já fica o nosso plano de aplicação do ano. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Boa! **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Eu acho que a gente poderia, como nós temos hoje, a política está definida em programas, tanto o Conselho vai aportar para acolhimento, tanto para a rede básica. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** E aí nós vamos abrir a nossa, a nossa LDO que vai ser copiada para lá: olha, a proposta do Conselho é isso. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Mas, então, para a reunião de amanhã nós podemos levar de que a gente tem uma proposta de que cada conselho cuide dos seus, com seus recursos, mas primeiro a gente vai ouvir da Prefeitura qual é a proposta geral. Acho que é essa linha, né? Outra questão, então, a reunião da PGM, ficou para o dia 24, eu acredito que é à tarde, às 14:00 horas, não colocaram aqui o horário ainda. É aquela reunião com a PGM, com o COMUI também. Outra coisa, Resolução 87, só para botar uma atualização. Nós tivemos uma reunião com a FASC, FUNCRIANÇA e CMDCA para poder alinhar os prazos e tudo mais novamente e aí, então, depois disso, foi solicitado às instituições para poderem enviar a alteração de algum plano, alguma coisa, até o dia 07 agora de abril. Só que isso, uma fala que eu já fiz lá com os secretários, de que já está além de vergonhoso, porque vamos fazer um ano, daqui a pouquinho, é maio, que vai estar fazendo um ano da enchente. Então, nós estamos articulando, falei com a Rochele ontem e no final de semana falei com ela também, sobre a uma mensagem, eu acho que foi o João que colocou num grupo que a gente tem de OSCs da enchente, algo assim. **João Batista**

Machado da Rocha, Fundação O Pão dos Pobres: Foi. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** E tem uma questão que uma funcionária da FASC coloca que o recurso vai ser disponibilizado só em junho e julho. Só que essa funcionária, ela está desatualizada, porque teoricamente, eu acho que foi a fala dela, um aditivo pelo que a FASC falou demora 60 dias, então talvez seja isso. Mas o que a gente está querendo organizar, é que assim que as instituições entregarem a documentação ali pelo dia 07, tanto o FUNCRIANÇA quanto a FASC, vão sentar ali pelo dia 10, para terminar a análise, ver a documentação e poder ver qual é a forma mais rápida ainda, se é pela FASC ou se é pela Secretaria da Assistência para poder repassar o recurso. Aí então, até lá, talvez saia o decreto ou até lá seja passado o recurso da FASC para a Assistência, tá? Mais ou menos isso. E penso de que a gente, eu trouxe na executiva hoje de manhã, que a gente poderia fazer uma reunião com as instituições, com a FASC, com as secretarias, com todo mundo e aí vamos entender o que está acontecendo. O pessoal da executiva fez uma proposta da gente, ao invés de fazer reunião, porque é reunião, reunião e reunião, nós fazermos um documento enquanto CMDCA, colocando todo esse histórico para o Prefeito, para o Ministério Público e já encaminhando com alguns retornos que tem que se ter, inclusive, de prazos e de posições em relação ao recurso, que realmente, se fosse para a Prefeitura realmente colocar esse recurso e eles buscarem esse recurso, não foi feito isso. Então, foi feito, na verdade, uma proposição do Conselho em auxiliar as instituições que a FASC não tinha condições de ter esse dinheiro ou de buscar, não sei, e aí foi uma proposta nossa. E ainda estamos com toda essa burocracia, para não dizer "burrocracia", tá? Então, acho que a gente vai estar fazendo esses encaminhamentos, sei que as instituições também estão fazendo encaminhamentos em paralelo e eu acho que está na hora realmente da gente fazer encaminhamentos, porque não dá, não dá realmente, e aí como a gente diz assim: se faz um ano já, praticamente, que a gente está com esse serviço... Se fosse para as instituições voltarem e dependessem desse dinheiro, não tinham voltado até agora. Aí sim o acolhimento, educação infantil e todos os demais estariam com um passivo muito maior ainda. **João Batista Machado da Rocha, Fundação O Pão dos Pobres:** Só uma pergunta, em relação àquelas que não tem parceria com a FASC, o fundo iria passar para elas? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** A FECI ia receber agora, estava tudo certo para ela receber, ela ia receber esta semana, só que quando foram fazer o pagamento, olharam novamente o plano e viram que ela está com uma

questão que ela não corrigiu lá dos primórdios. Então, não foi repassado esse valor, foi repassado um outro valor para ela da planilha que ela já tinha captado normal. Então, não foi repassado para nenhuma instituição, era só a FECI por aqui. Mas ia receber ainda antes da FASC. **Rose Ceroni Canabarro, Associação de Apoio ao Fórum Municipal da Criança e do Adolescente de Porto Alegre – ASAFOM:** Tinha pendência? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Não, não, foi pedido para ela trocar não sei o que lá no plano inicial e ela não trocou, agora vai ser trocado. Para as instituições das enchentes, até o dia 07 de abril as instituições entregarem a documentação. Aí depois de 07 de abril, aí a FASC ou a SMAS, vai poder se organizar para analisar e ver legalmente qual é a forma de repasse. O que eu penso, tá? Eu pedi para a FASC, que tem o acesso aos processos, porque eu não tenho acesso por aqui aos processos de lá, mas que eu queria ter, eu não tenho o controle de quais instituições, são só 14, que eu queria acesso às instituições. Tu poderia conseguir isso para mim? Acesso de quais instituições já entregaram a documentação da Resolução 87, que é o do repasse CMDCA. Se eu tiver o controle, aí eu sei: instituição 1, 2, 3, tu não entregou, qual é o teu prazo? Porque como é para receberem todas de uma forma geral e num momento único, tranca também a outra porque não entregou também. **João Batista Machado da Rocha, Fundação O Pão dos Pobres:** Só deixa eu fazer um adendo, Carol. Justamente essa questão dos planos, a maioria das organizações colocou para reformas ou aquisição de bens, o que acontece? Hoje há um apagão no mercado de construção civil e orçamento, as empresas não dão orçamento, elas dão a muito custo. Daí o que acontece? As organizações fizeram os orçamentos lá na época, há muito custo os 3 orçamentos, aí nada rolou, daí a instituição agora tem que fazer de novo os 3 orçamentos. Quem dá orçamento? Ninguém, nem o Espírito Santo dá orçamento, rezando muito. Então, o que acontece? As organizações, elas não conseguem os orçamentos dentro do prazo estipulado, porque tu bate na porta da empresa, ela diz assim: “Mas eu já te dei o orçamento, eu tenho que destinar um funcionário meu para fazer o orçamento”. Lá na terceira empresa ela disse assim: “Mas nunca vai contratar comigo, então, eu não vou te dar o orçamento!” Então, eu entendo assim, em algum momento teria que ter uma projeção, sei lá, se pelo INPC ou sei lá o que, desses orçamentos que foram entregues lá em 2024, faz uma projeção: ah, era 250.000, o orçamento lá deu 249, faz uma projeção do INPC, que deu 5% ou alguma coisa, coloca em cima. Na hora que tu for executar, aí tu cobra. Porque as instituições, o prazo é dia 07, eu estou falando por uma instituição significativa, que contrata muita

empresa, que é a nossa, a gente está em plena obra, não só por esses valores, e outros tantos e mesmo assim, a gente não consegue. Agora, imagina uma instituição menor, que não tem condições, que bate na porta das empresas, as empresas não dão nem oi. Então, eu acho que isso é importante levar em consideração. Então, as organizações, elas não estão entregando, não é porque elas não querem, é porque não dão o orçamento. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Foi o que a gente falou na executiva. Problema aí, a gente viu aquele, citando aqui a questão do ressarcimento, que ele vai dizer: o orçamento é de agora. Então, a OSC já gastou, já tem um ano que passou a enchente, ela já investiu para retornar ao trabalho, os atendimentos. Então, talvez pelo ressarcimento... **Rose Ceroni Canabarro, Associação de Apoio ao Fórum Municipal da Criança e do Adolescente de Porto Alegre – ASAFOM:** Não, não vai sair. Ressarcimento não vai sair, foi falado. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Mas está na lei, se a organização pedir. Está no artigo 37, 38 do municipal aqui. Vamos pedir, porque foi falha do gestor, eles atrasaram. **Rose Ceroni Canabarro, Associação de Apoio ao Fórum Municipal da Criança e do Adolescente de Porto Alegre – ASAFOM:** Eu não sei como é que fica essa questão de ter que apresentar no sistema o ano anterior. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Aqui para fazer o retroativo tem um nome, é na lei do ressarcimento, mas para fazer isso retroativo tem que ser autorizado para fazer, é autorizado por escrito ainda, senão daqui a pouquinho analisam lá e fazem devolver tudo também. Eu acho que cabe a gente fazer junto no ofício esses questionamentos, até para deixar claro: pode ou não pode e aí a gente poder ter esses apontamentos assim. Quanto à Resolução 87, OK. Posso passar para outro? Nós temos também o edital do CEDICA. **Eduarda Roos Enes, Casa de Saúde Menino Jesus de Praga:** Essa era a minha pauta. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Então, o edital do CEDICA tem um dos critérios, e aí eu até posso ver qual é o artigo, se não me engano é o 5°, que diz que tem que passar pela nossa análise. Então, para ser enviado, posteriormente, ao CEDICA. Aí eu trago para vocês uma ideia de cronograma para a gente poder fazer essa análise,e aí a gente pode pensar também como é que vai ser, se a gente vai fazer uma comissão mista, aí a gente pensa. Então, no cronograma do CEDICA está uma divulgação no site de 30 dias, foi publicado dia 11/03, ficaria dia 12/03/25 a 11/04/25, 30 dias. Depois tem 30 dias do envio da instituição, em que 11

fecha sexta, então, o primeiro dia útil é 14. Então, 14 de abril a 13 de maio. O que eu pensei, de nós termos duas plenárias para análise, análise e se precisar passar, já passa ali e elimina. Porque pensei também assim: tem várias instituições me procurando e me perguntando: Carol, qual é o dia? Carol, como é que eu envio? Carol, não sei o quê. Então, a gente organizar uma resolução com os prazos de envio, tu enviou neste período, é para o CEDICA; tu enviou depois, ou antes, ou sei lá o quê, ou não enviou, aí é outra questão. Acho que a gente poderia organizar desta forma. **Rose Ceroni Canabarro, Associação de Apoio ao Fórum Municipal da Criança e do Adolescente de Porto Alegre – ASAFOM:** Dia 02/04 tem uma formação do CEDICA. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Isso. Então, pensei que as instituições pudessem estar enviando até o dia 28 de abril para nós, que é uma segunda-feira, aí vir para as comissões para análise do dia 30 de abril e 7 de maio. E aí, então, dá tempo, dia 07 de maio eles têm até o dia 13 para enviar, dá tempo de fazer a resolução, enviar para as instituições. Ou a gente puxa também uma semana para dar mais um prazo para eles lá no final, o que vocês acham? **João Batista Machado da Rocha, Fundação O Pão dos Pobres:** Tem que analisar o projeto? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Tem. **Eduarda Roos Enes, Casa de Saúde Menino Jesus de Praga:** Carol, se tu me permite ler o artigo, o que pede exatamente o edital: "Os projetos deverão ser reconhecidos pelo CMDCA que deverá informar a todas as OSCs interessadas por meio de ofício contendo o número da plenária, a relação nominal das entidades e os respectivos projetos validados pelo pleno". Aí tem uma outra cláusula ali que fala que considera-se como critério para análise da proposta técnica ter, então, parecer favorável do Conselho. Mas me chamou a atenção a data que tu mencionou, eu tenho aqui pelo e-mail do Fórum que o prazo final de envio das propostas é 05 de maio. **Luciane Escouto, Instituto Leonardo Murialdo:** Ele tem que estar de acordo com a política municipal da criança do município. Estar de acordo. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** O que eu perguntei para o pessoal do CEDICA, eles me falaram assim: tu vai dar um parecer se esse projeto ele é interessante para política pública do Município ou não. Aí eu disse assim: "Então, eu vou analisar". Aí ela disse: "Não, mas aí tu não vai escolher, tu vai somente dizer se é válido ou não". Isso é analisar. **João Batista Machado da Rocha, Fundação O Pão dos Pobres:** Lembrando que o valor é 3 milhões, que vai ser para as organizações da sociedade civil, 3 milhões que é do governo,

conforme o número de projetos aprovados, vai concorrer a esses 3 milhões, entendeu? Mas claro, fica nessa dúvida, no momento que tu analisa um projeto, tu vai analisar não só o objeto, mas também toda a aplicação financeira. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Claro. A gente pode ver, já mandei mensagem para a presidente e mais outras conselheiras do CEDICA, exatamente para questionando isso. **Luciane Escouto, Instituto Leonardo Murialdo:** Deve estar de acordo com a política municipal. É o objetivo geral, objetivo específico. Tem que ter o aval do conselho municipal para que as instituições não façam coisas em desacordo, estar com o registro tudo certinho. **João Batista Machado da Rocha, Fundação O Pão dos Pobres:** Interessante é ter uma matriz de avaliação. A instituição tal tem registro no CMDCA, inscrição do programa. OK, o que ela escreveu está dentro daquilo que ela tem de registro? Isso. **Luciane Escouto, Instituto Leonardo Murialdo:** Dá até para fazer uma tabelinha e os conselheiros só colocam sim ou não. Pronto. **Eduarda Roos Enes, Casa de Saúde Menino Jesus de Praga:** "Considera-se critério para análise da proposta técnica, a apresentação pela OSC de parecer favorável emitido pelo CMDCA que deverá conter a experiência prévia ou de natureza semelhante no atendimento direto ou indireto de crianças e adolescentes na linha do financiamento pretendido e as instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades relacionadas à proposta em questão". O CMDCA vai precisar de fazer uma análise prévia à análise do CEDICA. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** É diferente do que eu falei antes, antes eu só tinha citado o nome da instituição e o valor do projeto e aí se eu tenho que detalhar, que a Duda falou ali, eu tenho, querendo ou não, que ler todo o projeto, tem que ter tudo. Posso não selecionar, mas eu tenho que ler. O edital foi publicado dia 11, conforme o documento que eu botei ali no grupo do CMDCA, que está pelo DOPA, se ele foi publicado dia 11, 30 dias... Úteis? **Eduarda Roos Enes, Casa de Saúde Menino Jesus de Praga:** São 30 dias úteis ali depois da divulgação do edital, depois mais 30 dias úteis a contar o último dia posterior ao prazo de divulgação. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Então, meu cálculo está errado também. **Eduarda Roos Enes, Casa de Saúde Menino Jesus de Praga:** Mais 30 dias úteis de pedidos de esclarecimentos. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** É, porque eu calculei 30 dias corridos e não 30 dias úteis. Então, com certeza não

fecha o prazo de envio de 5 de maio, com certeza. Vai dar quase 3 meses. Então, eu sugiro, na verdade, que a gente não feche nada aqui, eu vou questionar o conselho para que eles possam responder na live que vai ter, porque vai ficar registrada a resposta certinha, porque se eles fizeram errado, digamos, até os úteis aqui, eles vão arrumar, vamos dizer. Ou se eles não fizerem, eu vou pedir para eles botarem um cronograma com os prazos, porque botar 30 dias assim é para matar, literalmente. Alguma coisa mais? **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** O pessoal da AVESOL, do Centro Humanístico da Boa Vista, eles participaram da campanha ali do carnaval contra o combate à exploração sexual e o trabalho infantil e também eles manifestam o interesse de participar ativamente do EVESCA, das ações. Então, precisa também o Conselho apóie essa instituição a participar. Então, só iam colaborar mais. O Carlos trouxe junto aqui essa proposta das ações. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Tá. Acho que não há problema, gente. Tranquilo, podemos colocar em votação? Vocês apóiam a participação da AVESOL no EVESCA? Quem for favorável levanta a mão. Então, **APROVADO POR UNANIMIDADE A PARTICIPAÇÃO DA AVESOL NO EVESCA**. Outra pauta e última. Corregedoria CT. Assim, nós estamos com algumas questões, estamos com dificuldade novamente na Corregedoria, porque o presidente atual agora parece que pediu afastamento de licença, que é o Rodrigo Reis. Na sexta-feira parece que vai ter uma reunião para poder ver como que vai ficar. Nós precisamos indicar, nós estamos aqui no Conselho com a Sônia Silvestrin, a outra titular seria a Aline, que não está mais pela secretaria, e aí nós temos que indicar mais duas pessoas. Então, eu queria reforçar a necessidade nossa enquanto Conselho nessas reuniões. E aí eu queria ver se a Elisandra, que está chegando, até porque a Aline também era ali da SMELJ, a gente só dança as cadeiras ali. E aí ficaria eu e o Paulinho também como suplentes, para gente ir na Corregedoria. Podemos colocar em votação? Levanta a mão. Excelente, excelente! Então, vamos fazer a resolução, colocar no SEI da Corregedoria e depois mandar para mim ou para o Luciano Ventura. Agora sim, mais alguma questão? Então, terminamos!

Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, às 16h30min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia Costa, sob o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.